

ESTUDO SOCIOECONÔMICO: INDICADORES E METODOLOGIA NUMA ABORDAGEM CONTEMPORÂNEA

Maria Inês Gândara Graciano¹

Neide Aparecida de Souza Lehfeld²

RESUMO

Este artigo objetiva a atualização dos indicadores e da metodologia para a realização do estudo socioeconômico construídos nas últimas três décadas por Graciano (1980), e Graciano; Lehfeld; Neves Filho (1996,1999). Pretende ainda contribuir com os profissionais da área de Serviço Social oferecendo subsídios técnicos para a realização do referido estudo, visando ao conhecimento da realidade social e à viabilização de direitos, em consonância com o projeto ético-político.

PALAVRAS-CHAVE: Indicadores Sociais, Estratificação Social, Metodologia, Serviço Social

1. INTRODUÇÃO

O interesse sobre a temática – estudo socioeconômico – ocorreu no sentido de disseminar conhecimentos sobre a construção de uma metodologia própria que instrumentalizasse o agir profissional e servisse de referência para os assistentes sociais, no processo de efetivação, garantia e ampliação de direitos.

Segundo a lei que regulamenta a profissão de assistente social, uma de suas competências é realizar estudo socioeconômico com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas

¹ Diretora de Divisão de Apoio Hospitalar do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (HRAC-USP), Bauru-SP e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: graciano@usp.br

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e Professora Titular da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Franca/SP. E-mail: nlehfeld@unaerp.br

privadas e outras entidades (BRASIL, 1993b). Nesse sentido, entendemos que podemos contribuir com a profissão na definição de indicadores e critérios avaliativos a serem utilizados na realização do estudo socioeconômico em consonância com o projeto ético-político da profissão.

É nesta perspectiva que o estudo socioeconômico se destaca como uma possibilidade de conhecer a realidade dos usuários, visando sua compreensão e intervenção sob a ótica da equidade e justiça social de forma a assegurar a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais.

Destaca Míoto (2009, p. 482), que:

Abordar o tema – estudos socioeconômicos – no âmbito do Serviço Social, remete a pensá-lo, inicialmente, enquanto parte intrínseca das ações profissionais dos assistentes sociais. Afinal de contas o desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações.

Nossa primeira contribuição com a temática ocorreu em 1980, quando foi publicado o artigo na Revista Serviço Social & Sociedade (GRACIANO, 1980), que abriu caminhos para a socialização dos conhecimentos relacionados aos critérios de avaliação socioeconômica. A partir daí, outras publicações surgiram nas revistas Serviço Social & Realidade (GRACIANO; LEHFELD; NEVES FILHO, 1996, 1999) e Construindo o Serviço Social (LOURENÇÃO; GRACIANO; MENDES, 1998, PEREIRA; GRACIANO, 1998 e GRACIANO *et al*,1997).

Constatamos nestas publicações que o instrumental construído pelo Serviço Social do HRAC/USP tem servido de referência à profissão, destacando-se como um meio aproximativo de conhecimento da realidade da população.

Na prática profissional, no âmbito do HRAC/USP, a metodologia do estudo social visa instrumentalizar os assistentes sociais para o conhecimento das condições de vida dos usuários, implementar programas e serviços, bem como traçar o perfil dos sujeitos de amostras de pesquisa, relacionando os estratos socioeconômicos com diferentes indicadores para maior conhecimento da realidade.

A motivação e compromisso com a temática justificam-se ainda, pois nós, assistentes sociais, não podemos adotar metodologias de estudos sociais com outros objetivos e/ou interesses a exemplo do Critério de Classificação Econômico Brasil (ASSOCIAÇÃO, 2007), sem mediações ou interlocuções com o projeto ético-político da profissão, e desprovidas da defesa dos direitos de cidadania.

De acordo com Rodrigues (1999), as condições básicas para o exercício da prática profissional do assistente social são o conhecer e o compreender para intervir. Exigem querer saber, assumir e responsabilizar-se por ações que interpretem o significado da realidade social. E esse tem sido o nosso compromisso ao desvelar a realidade social a partir do estudo social.

2. INDICADORES E INSTRUMENTAIS NO ESTUDO SOCIOECONÔMICO

Indicador social é definido por Jannuzzi (2004, p. 15), como: “uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico [...] ou programático [...]”.

É portanto um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. Com base nesse autor, entendemos que os indicadores sociais, se bem

empregados, podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, a formulação e a implementação das políticas sociais.

Especificamente, no estudo social, a utilização de indicadores, permitirá maior aproximação com o conceito “abstrato” a que o indicador se propõe a operacionalizar, informando sobre aspectos ligados à realidade social.

O estudo social é um processo metodológico específico do Serviço Social que tem por finalidade conhecer profundamente, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional (FÁVERO, 2003, p. 43).

Ressaltam Pavão; Graciano; Blattner (2006) que o estudo social é baseado no contexto familiar e na realidade social, tendo como finalidade subsidiar decisões e ações, possibilitando a coleta de informações a respeito da realidade sócio-familiar de cada indivíduo e família e as questões sociais que afetam suas relações sociais, especialmente em seus aspectos socioeconômicos e culturais.

Completam esses autores que o profissional de Serviço Social deve estabelecer as inter-relações entre os diversos fatores e expressões que constituem a questão social, portanto, o conhecimento acumulado do assistente social e a sua habilidade são primordiais para a realização do estudo que é pautado em quatro itens fundamentais: o quê conhecer; por quê (quais os objetivos); para quê (com quais finalidades); como (quais metodologias, instrumentais e técnicas utilizadas para a ação).

O instrumental é definido por Martinelli e Koumrouyan, (1994) como:

o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa concepção, é possível atribuir-se ao instrumento a natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação, e à técnica fundamentalmente, a habilidade no uso do instrumental (1994, p. 137).

É, portanto, um conjunto de procedimentos utilizados para conhecer e intervir numa determinada realidade humana social.

Afirma Sarmiento (1994, p. 239) que “os instrumentais e técnicas permitem a operacionalização da proposta de ação, pois é através deles que contactamos com a realidade, conhecendo-a para, através deles, intervir”. Esse autor ressalta ainda que o método é o caminho teórico para o conhecimento da realidade, enquanto que sua transformação vai ser orientada por uma proposta de ação que é operacionalizada pelos instrumentos e técnicas. É a metodologia que vai garantir ao Serviço Social o conhecimento e a transformação de um dado objeto construído, entendido como uma unidade do método com as técnicas e instrumentos, cuja teoria ofereceu uma determinada visão de homem e de mundo, dirigindo uma ação sobre o objeto, cuja transformação é intencional e situada. Não dissocia, portanto, o método–teoria–objeto. Assim sendo, o instrumento é sempre orientado por um determinado conhecimento, uma teoria social, ou seja, é sempre utilizado intencionalmente.

Segundo Fávero (2003), para a realização do estudo social, o profissional se utiliza de técnicas (entrevista, visita domiciliar, etc.), por meio de um roteiro pré-estabelecido para o levantamento de dados. A entrevista implica num posicionamento do profissional em todos os sentidos, na postura atenta, sem paternalismo, na delicadeza, no trato com o usuário do serviço, ouvindo-o, compreendendo-o e veiculando informações sobre seus direitos. Além disso, o profissional capta e analisa o que é expresso verbalmente e observa atitudes, gestos, olhares, para desvelar o que não foi expresso verbalmente.

Na finalização do estudo se dá a emissão do parecer social, que diz respeito a esclarecimentos e análises, com base em conhecimento específico do Serviço Social a

uma questão ou questões relacionadas a decisões a serem tomadas. Trata-se de exposição e manifestação sucinta, enfocando-se objetivamente a questão ou situação social analisada e os objetivos do trabalho solicitado e apresentado; a análise da situação referenciada em fundamentos teóricos, éticos e técnicos, inerentes ao Serviço Social – portanto, com base em estudo rigoroso e fundamentado – e uma finalização de caráter conclusivo ou indicativo (FÁVERO; MELÃO; JORGE, 2005).

Considerando que a documentação em Serviço Social é fundamental para organizar as informações relacionadas às questões sociais, emocionais e econômicas da população usuária, foi desenvolvida pelo Serviço Social do HRAC/USP (PAVÃO; GRACIANO; BLATTNER, 2006), uma proposta de reformulação do instrumento de avaliação socioeconômica.

Esta proposta abrange os seguintes indicadores: I – Investigação Diagnóstica: - avaliação socioeconômica, - situação econômica da família (rendimentos, gastos), - número de membros residentes na família/relações (tipo de união, tipologia, religião, relacionamento, planejamento, repercussões da anomalia craniofacial na vida social, discriminações/preconceitos) - escolaridade/relações (nível educacional, relacionamento, apoio escolar), - habitação (situação, condição, acomodações, tipo de construção e de domicílio, zona, infra-estrutura, telefonia, coleta de lixo, asfalto e outros recursos), - ocupação/relações (situação, classificação, setor, natureza, relacionamento e apoio do empregador), - recursos para a reabilitação (tipo ou grau de deficiência, tempo de tratamento, percurso, recursos de apoio para locomoção, recursos organizacionais e humanos de apoio ao tratamento, periodicidade e prazo de comunicação de retornos, recursos e áreas para o tratamento na cidade de origem, expectativas de tratamento, problemas de saúde e deficiência na família; II – Parecer/Intervenção do Serviço Social:

- abordagens, - estratificação socioeconômica, - nível de compreensão, - demandas/atendimentos); III – Evolução Social.

A emissão do parecer social reflete, portanto, a opinião do assistente social, com base na observação e no estudo social, de uma dada situação e no seu comprometimento com a população usuária no acesso às políticas e direitos sociais.

3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Inicialmente é preciso ressaltar que o conceito de classe social é polêmico e complexo. Alguns autores o tratam no campo predominantemente econômico, com implicações sobre todo sistema de poder na sociedade e no Estado. Outros o estudam no campo da estratificação social, e outros ainda no universo do modo, cultura e estilo de vida das pessoas.

Optamos por defini-lo no campo da estratificação social, que diz respeito à classificação dos indivíduos e grupos sociais segundo determinadas qualidades ou atributos separando-os nas classes sociais correspondentes. Os principais atributos utilizados para essa separação são: educação (nível de escolaridade), renda, status social, profissão e ocupação, origem social e outros (GURVITCH apud GOHN, 1999).

A construção dos indicadores necessários ao estudo e à avaliação socioeconômica, desenvolvida por Graciano; Lehfeld; Neves Filho (1996, 1999) teve por objetivo refletir as situações encontradas socialmente e servir de instrumento para o conhecimento aproximativo da realidade do usuário e intervenção social.

As caracterizações foram definidas pelos referidos autores, a partir de um sistema de pontuação simples que resulta, por correlações, em seis estratos a saber: Baixa Inferior (BI), Baixa Superior (BS), Média Inferior (MI), Média (M), Média Superior (MS) e Alta (A).

A estratificação tem como núcleo central a família, mais propriamente as suas condições de vida. Para tanto, faz-se necessário o levantamento de um rol de informações e considerações socioanalíticas sobre suas entradas (rendas), natureza da atividade ocupacional que seus membros exercem, composição demográfica familiar, nível educacional e condições habitacionais, subsidiando as intervenções.

No aspecto educacional consideramos a nova nomenclatura definida pela Lei de Diretrizes e Base (BRASIL, 1996, 2006). Assim sendo a Educação escolar, no país, compõe-se de: Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio) e Educação Superior. O Ensino Fundamental com duração de 9 anos se subdivide em: Ciclo I – do 1º ao 5º anos iniciais e Ciclo II – do 6º ao 9º anos finais (SÃO PAULO, 2009).

No que se refere aos rendimentos brutos auferidos, realizamos uma ordenação por valores monetários, a partir do procedimento em uso pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (INSTITUTO, 2000). Este Instituto categoriza as classes de rendimento nominal mensal da pessoa responsável pelo domicílio (em salários mínimos) que vai de $\frac{1}{2}$ a mais de 20 salários-mínimos, ou seja: até $\frac{1}{2}$, mais de $\frac{1}{2}$ a 1, mais de 1 a 2, mais de 2 a 5, mais de 5 a 10, mais de 10 a 20, e mais de 20 salários mínimos. Foram feitas algumas alterações para os nossos fins e optamos pela faixa que vai de nenhuma renda a 100 salários-mínimos ou mais, (re)definindo outras faixas de rendimento de mais de 20 à 100 salários-mínimos ou mais para melhor configurar os estratos médios e altos³.

³ O valor atual do salário mínimo nacional é de R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais) (07/2010), sendo que no Estado de São Paulo o piso salarial é de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais).

Qualitativamente, abrimos janelas para obtermos informações sobre os tipos de rendimentos (salários, honorários, alugueis, aposentadoria, pensionista, benefícios do governo e outros), visando a construção de um quadro da realidade familiar.

A distribuição de seus membros segundo a ocupação e o setor de atividade, complementa o perfil de rendimento da família e é indicativo tanto para estabelecermos sua posição na estrutura social e sua condição de classe como para nos esclarecer sobre o tipo de rendimento e a renda auferida, bem como a forma de inserção ou não de seus membros no mercado de trabalho e/ou de bens.

Na atualização do presente instrumental mantivemos as adaptações feitas com base nas ocupações e atividades segundo a Classificação Brasileira de Ocupações do Ministério do Trabalho, de 1994 (BRASIL, 1995), apesar da sua atualização em 2002 (BRASIL, 2002). A opção pela CBO de 1994 além de atender às necessidades da Instituição, propicia a manutenção do banco de dados do Serviço Social do HRAC/USP de aproximadamente de 40.000 casos, cuja alteração dos níveis ocupacionais acarretaria em uma perda na “memória” institucional dos estudos.

Por sua vez, os indicadores que nos informam sobre a qualidade de vida das famílias, focalizam as condições e a situação habitacional, o número de membros residentes no mesmo imóvel e o nível de escolaridade dessas pessoas. Por meio destes, podemos realizar inferências de caráter qualitativo sobre o percurso histórico e social da família, as expectativas geradas por essas em relação aos seus membros, associadas à escolaridade, ocupações profissionais, ou a estratégia de mobilidade social, e ainda inferir acerca de seu nível de bem-estar ou de expectativas sobre este aspecto.

Esses indicadores podem ainda ser utilizados para consolidar o quadro de inserção social da família, em relação à estratificação social que ocupa na sociedade, analisando determinados atributos derivados desses elementos qualitativos.

De qualquer forma, como pode ser observado, os resultados obtidos por esse conjunto de indicadores caminham no sentido de ser adequado ao perfil mais geral de nossa economia e nossa sociedade, como ainda de servir de instrumento de pesquisa que resulte em maior conhecimento e aproximação sobre essa mesma realidade social.

3.1 O Instrumental e seus elementos estatísticos

O presente instrumental de avaliação socioeconômica teve a participação de todos os Assistentes Sociais do HRAC/USP⁴ a exemplo dos estudos anteriores e será apresentado mediante os Quadros 1 a 6 a seguir.

Comparando o instrumental proposto anteriormente pelos autores (GRACIANO; LEHFELD; NEVES FILHO, 1996, 1999) com o atual, as principais alterações ocorreram nos seguintes indicadores: **1) Situação econômica:** substituição dos sinais a exemplo do semi aberto à direita a $\}b$ que indicava o conjunto de números reais iguais ou maiores que “a” e menor que “b” substituindo pelo critério do IBGE, que utiliza sinais de melhor entendimento. Ex: + de 2 a 4 SM. **2) n° de membros da família:** substituição dos sinais a exemplo do indicador anterior por caracterizações melhores definidas. Ex.: 1 a 2, 3 a 4 pessoas, etc. **3) Nível educacional:** substituição da categorização anterior pela nova nomenclatura adotada pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996 e 2006). **4) Habitação:** exclusão da situação - habitação precária, devido ao mesmo significado de insatisfatório, mantendo-se as condições de insatisfatória à ótima.

⁴ Assistentes sociais do HRAC/USP colaboradores na aplicação do instrumental: Soraia Blattner, Maria Izabel Luiz, Elisabeth Bonfim, Claudia Lourenção, Regina Valentim, Marcia Evangelista, Norma Formenti, Raquel de Camargo, Regina Garcia, Silvana Custódio, Sonia Mesquita, Eliana Mendes.

INSTRUMENTAL DE AVALIAÇÃO SOCIOECONÔMICA – 2010

QUADRO 1 – SITUAÇÃO ECONÔMICA DA FAMÍLIA				
RENDA BRUTA				PONTOS
+ DE 100 SM				21
+ DE 60 A 100 SM				18
+ DE 30 A 60 SM				14
+ DE 15 A 30 SM				12
+ DE 9 A 15 SM				09
+ DE 4 A 9 SM				05
+ DE 2 A 4 SM				03
+ DE ½ A 2 SM				02
ATÉ ½ SM				01
TIPO DE RENDIMENTO:				
<input type="checkbox"/> salário <input type="checkbox"/> retirada pró-labore <input type="checkbox"/> rendimento financeiro <input type="checkbox"/> aluguéis <input type="checkbox"/> benefícios do governo <input type="checkbox"/> honorários <input type="checkbox"/> aposentadoria <input type="checkbox"/> pensionista <input type="checkbox"/> seguro desemprego <input type="checkbox"/> outros Especificar: _____				
Quadro 2 – Número de membros residentes da família				Pontos
1 a 2				06
3 a 4				04
5 a 6				03
7 a 8				02
Acima de 8				01
Quadro 3 – Escolaridade dos membros da família				Pontos
Superior				07
Superior incompleto ou Médio completo				05
Médio incompleto ou Fundamental – Ciclo II completo (até o 9º ano)				04
Fundamental – Ciclo II incompleto (do 6º ao 8ºano) ou Fundamental – Ciclo I completo (até o 5º ano)				03
Fundamental – Ciclo I incompleto (até o 4º ano)				02
Alfabetizado				01
Analfabeto				00
Obs.: Especificar o nível educacional dos membros da família. Pontuar somente o maior nível educacional dentre os “responsáveis” (com rendimentos).				
Quadro 4 – Habitação				
Condição / situação	Pontos			
	Insatisfatória	Regular	Boa	Ótima
Própria	7	8	9	10
Financiada	6	7	8	9
Alugada	5	6	7	8
Cedida	3	4	5	6
Outras	0	0	1	2
Obs: Para pontuar condição / situação habitacional: considerar: tipo, modalidade, acomodações, zona e infra-estrutura (água, luz, esgoto e coleta de lixo, telefonia).				

Quadro 5 – Ocupação dos membros da família	Pontos
Empresários: Proprietários na agricultura, agroindústria, indústria, comércio, sistema financeiro, serviços, etc.	13
Trabalhadores da alta administração: Juizes, Promotores, Diretores, Administradores, Gerentes, Supervisores, Assessores, Consultores, etc.	11
Profissionais liberais autônomos: Médico, Advogado, Contador, Arquiteto, Engenheiro, Dentista, Representante comercial, Oculista, Auditor, etc.	10
Trabalhadores assalariados administrativos, Técnicos e Científicos: Chefias em geral, Assistentes, Ocupações de nível médio e superior, Analistas, Atletas profissionais, Técnicos em geral, Servidores públicos de nível superior, etc.	09
Trabalhadores assalariados da produção, bens e serviços e da administração (indústria, comércio, serviços, setor público e sistema financeiro), ajudantes e auxiliares, etc.	07
Trabalhadores por conta própria: autônomos - Pedreiros, Caminhoneiros, Marceneiros, Feirantes, Cabelereiros, Taxistas, Vendedores etc.	07
- Com empregado	06
- Sem empregado	05
Pequenos produtores rurais: Meeiro, Parceiro, Chacareiro, etc.	03
- Com empregado	03
- Sem empregado	02
Empregados domésticos: Jardineiros, Diaristas, Mensalista, Faxineiro, Cozinheiro, Mordomo, Babá, Motorista Particular, Atendentes, etc.	03
- Urbano	02
- Rural	01
Trabalhadores rurais assalariados , volantes e assemelhados: Ambulantes, Chapa, Bóia-Fria, Ajudantes Gerais, etc.	01
OBS.: Aposentado - Relacionar a ocupação em vigor na ativa. Especificar a ocupação dos membros da família. Pontuar somente o maior nível ocupacional dentre os “responsáveis” (com rendimentos).	

Quadro 6 – Sistema de pontos para Classificação Socioeconômica		
Pontos	Classificação	Siglas
0 a 20	Baixa Inferior	BI
21 a 30	Baixa Superior	BS
31 a 40	Média Inferior	MI
41 a 47	Média	ME
48 a 54	Média Superior	MS
55 a 57	Alta	AL

A pontuação relativa a cada indicador considerado pode ser examinada neste instrumental e diz respeito àquele critério de valoração do menos complexo ao mais complexo. A partir de Graciano; Leffeld; Neves Filho, (1999), retomamos algumas qualificações conceituais sobre o material em uso.

No quadro 1 - "Situação econômica da família", o termo rendimento expressa, na forma mais genérica possível, a maneira pela qual se dá a distribuição da renda para as diversas classes e segmentos sociais em uma economia monetária capitalista. Aqui, a espécie de rendimento é caracterizada pelos salários, lucros,

rendimentos financeiros, honorários, aposentadorias e outros obtidos pelas categorias sociais e ou profissionais.

No quadro 2 - "Número de membros residentes da família", a composição familiar, responde às transformações pelas quais passaram a família brasileira, emprestando maior peso àquelas famílias, cujo número de membros é menor. Por sua vez, a variável "residentes" expressa a restrição e a relação que deve haver entre a família e os moradores da mesma residência recortando-a espacialmente.

No quadro 3 - "Escolaridade dos membros da família", busca-se conhecer o seu nível de escolaridade, tendo destaque o maior nível declarado dentre os responsáveis, o qual determina número de pontos aí obtidos (BRASIL, 1996, 2006).

O quadro 4 - "Habitação", extrai elementos quantitativos e qualitativos, possíveis em função da dupla entrada permitida no quadro. Primeiro, os elementos qualitativos, próprios a situação da moradia, esses expressam variáveis valorativas associadas à infra-estrutura física e de bem estar socioeconômica familiar e reafirmam, nessa perspectiva, os pontos dos limites inferiores e superiores determinados pela condição, ou seja: insatisfatória, regular, boa e ótima. Nesse caso, em segundo lugar, a condição de posse e de propriedade da moradia, base para qualquer avaliação socioeconômica, determina os valores a serem alcançados. A localização espacial da residência, rural ou urbana amplia a visão qualitativa sobre os dados familiares.

No quadro 5 - "Ocupação dos membros da família", por meio do recorte profissional da família obtemos uma outra variável significativa para a avaliação socioeconômica. Particularmente, aí estão as ocupações mais usuais, associadas aos diversos setores econômicos. Como pode ser observado, coerente aos tipos de rendimento obtido, as categorias distribuem-se segundo sua inserção na ocupação tendo como critério a propriedade que exerce sobre seus meios de produção ou de trabalho.

De saída, convém observar que para a pontuação a entrada é determinada pelo maior nível ocupacional dentre os responsáveis.

Observado isso, explicitaremos conceitualmente, cada uma das categorias:

Empresário: aquele que é proprietário do negócio que dirige e responsável pelas decisões, em última instância, sobre produção, preços, investimentos, etc, da empresa.⁵

Trabalhadores da Alta Administração: compreende aqueles associados aos empresários e/ou às organizações no gerenciamento de seus negócios e ou recursos.

Profissionais Liberais Autônomos: são aqueles segmentos que vendem serviços a terceiros e proprietários dos meios de trabalho e de produção necessários a esses fins.

Trabalhadores Assalariados Administrativos, Técnicos-científicos: definem-se pela inserção em atividades que exigem alto nível de conhecimento, cujo dado fundamental é o distanciamento das decisões da Alta Administração associado ao fato de venderem sua força de trabalho.

Trabalhadores Assalariados da produção bens e serviços: vendedores de força de trabalho e inseridos no processo de produção de mercadorias, bens e serviços e da administração.

Trabalhadores por conta própria: vendedores de mercadorias, bens e serviços inseridos em suas atividades com algum meio de trabalho ou de produção.

Pequeno Produtor Rural: produtos de mercadorias do setor agropecuário que ora usa seu trabalho pessoal e da família, ora usa o trabalho de empregado, restringindo, sempre pelo tamanho da área de produção, tipo de contrato e às vezes, condição da propriedade.

Empregado doméstico: aquele que vende serviço ou força de trabalho para domicílios.

⁵ No caso de **empresas**, independentemente do porte (número de funcionários) e do faturamento, exige-se a inscrição estadual – Certificado Nacional de Propriedade Jurídica (CNPJ), diferentemente do caso de **trabalhadores por conta própria** que a inscrição é municipal.

Trabalhadores rurais assalariados, Volantes e Assemelhados: trabalhadores assalariados ou vendedores de mercadorias ou serviços temporários e precarizados. **Aposentado:** A categoria aposentado deverá ser relacionada à ocupação em vigor na ativa e sua respectiva pontuação (GRACIANO; LEHFELD; NEVES FILHO, 1999).

Considerando que não adotamos neste instrumental, a nova Classificação Brasileira de Ocupações de 2002 - que divide as profissões em grandes grupos ocupacionais (BRASIL, 2002), pelas razões anteriormente descritas, caso os leitores optem por adotá-lo, demandará, além da definição da pontuação por níveis de complexidade, uma nova experiência amostral.

Estatisticamente, a elaboração do instrumental proposto voltou-se para um sistema de pontuação simples que deve resultar, por correlações, em um tipo de classificação por estratos. Nesse sentido, a avaliação foi feita de forma convencional abrangendo seis estratos definidos pelo número de pontos acumulados. São eles: estratos baixos inferior e superior; médios inferior, médio e superior; e o alto.

Obviamente, primeiro procuramos estabelecer nessa ordenação um conjunto de relações assimétricas, cujas variáveis independentes são aquelas referentes a renda e ocupação. Dispondo de forma correlacionada, esses indicadores determinarão, com o auxílio mais tênue dos demais, o número de pontos alcançados e o correspondente estrato da família. Para tanto, a valoração perseguiu, a escala da menor para a maior complexidade e necessidades, seja nos intervalos internos dedicados a cada um dos quadros, seja na somatória total, referente à distribuição dos estratos constitutivos.

Posto isso, os intervalos e os limites de classes são visíveis no Instrumental. Os pontos médios são: **quadro 1** - Situação Econômica da Família, 9,5 (1 a 21 pontos); **quadro 2** - Número de Membros residentes na família - 3,5 (1 a 6 pontos); **quadro 3** - Escolaridade dos membros da família - 3,0 (0 a 7 pontos); **quadro 4** - Habitação - 4,0 a

7,0 (0 a 10 pontos); **quadro 5** - Ocupação dos membros da família - 6,5 (1 a 13 pontos) e **quadro 6** - Sistema de pontos para a avaliação socioeconômica (1 a 57 pontos).

Os indicadores de renda, quadro 1, e o de emprego, quadro 5, são aqueles que possuem os maiores valores para os maiores estratos, 21 e 13, respectivamente, respondendo por 36,7% e 22,7% da somatória dos limites inferiores e superiores do total dos intervalos das respectivas classes. Sendo que o indicador referente à habitação, quadro 4, foi fixado em 17,4%. Nos casos dos indicadores restantes, membros da família e escolaridade, quadros 2 e 3, respondem por 10,5% e 12,7%, respectivamente.

3.2 Algumas inferências amostrais e sua análise

A consolidação dos indicadores e de suas relações internas, quantitativas e qualitativas, demandou diferentes experiências amostrais ao longo de três décadas. Verificou-se a validade e a consistência tanto dos indicadores em uso, como os dos resultados obtidos para a definição em estratos sociais das famílias estudadas.

O estudo mais recente demonstrou que, dos 24.808 casos com avaliações socioeconômicas informatizadas pelo Serviço Social do HRAC/USP, no período de 1997 a 2007 sua distribuição ocorreu da seguinte forma: 7.659 (30,8%) casos para o estrato baixo inferior; 13.355 (54,0%) para o baixo superior; 3.100 (12,4%) para o estrato médio inferior; 633 (2,5%) para o estrato médio; e 57 (0,2%) para o médio superior e 4 (0,1%) para o estrato alto. Estes dados, refletem a realidade brasileira cuja maior concentração, segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil (ASSOCIAÇÃO, 2007), também ocorre nas classes baixas.

Estes índices, tanto dos usuários do HRAC/USP, como da realidade brasileira, refletem o nível de desigualdade social pois, segundo Benjamin (1997), 1% da população detém 53,0% do acúmulo da riqueza nacional.

Os resultados obtidos demonstraram que: a) os indicadores em uso refletem de forma consistente o quadro social das famílias pesquisadas e da clientela da instituição; b) a rede de encadeamento entre esses, base para o desenrolar do fluxo da análise, é consistente e permite a realização de inferências quantitativas e qualitativas de vulto, base para o desenvolvimento de estratégias orientadoras; c) o sistema de pontuação utilizado permite caracterizações socioeconômicas compatíveis com a situação e a estratificação social empiricamente observável no trato com as famílias; d) o resultado final consolida características gerais e específicas dos diversos estratos, delimitando-os, de maneira adequada ao quadro social global de nossa sociedade e de nossa economia, com recorte analítico pronunciados.

3.3 A configuração dos estratos sociais

Os resultados gerais obtidos na configuração dos estratos sociais de uma amostra no HRAC/USP (24.808 casos), considerando conjuntamente os cinco indicadores (situação socioeconômica, número de membros da família, escolaridade, ocupação e habitação), permitiram compor a seguinte caracterização para os diferentes estratos sociais, segundo o maior número de ocorrências para cada tipo de indicador.

O **estrato baixo inferior**, com um intervalo de 0 a 20 pontos, em sua maioria, concentra-se na faixa de rendimento de mais de 1/2 a 2 salários mínimos (64,3%) e mais de 2 a 4 salários mínimos (24,4%). O número de membros concentrou-se nas faixas de 3 a 4 pessoas (40,1%) e de 5 a 6 pessoas (35,3%). Na escolaridade, os maiores índices ficaram nos níveis: fundamental I incompleto (27,9%) e fundamental II incompleto (25,0%). Quanto à habitação, houve maior concentração para as seguintes condições: casa cedida (48,4%), própria (29,7%) e alugada (18,4%). Quanto a situação habitacional obtivemos: regular (36,0%) e precária/insuficiente (55,0%). No que se refere ao nível

ocupacional, a maior concentração ocorreu nos trabalhadores rurais assalariados, volantes e assemelhados (34,8%), seguido dos empregados domésticos rurais e ou urbanos (27,5%).

O **estrato baixo superior**, com um intervalo de 21 a 30 pontos, situa-se em sua maioria, nas faixas de rendimento de mais de 2 a 4 salários mínimos (41,3%) e de mais de 4 a 9 salários mínimos (33,8%). O número de membros concentrou-se nas faixas de 3 a 4 pessoas (55,0%) e de 5 a 6 pessoas (31,0%). Na escolaridade, os maiores índices ficaram nos níveis: fundamental II incompleto (18,5%) e médio completo (30,5%). Quanto à habitação, houve maior concentração para as seguintes condições: casa própria (39,5%), alugada (28,6%) e cedida (23,0%). Quanto a situação habitacional obtivemos: regular (40,0%), boa (39,8%). No que se refere ao nível ocupacional, a maior concentração ocorreu nos trabalhadores assalariados/ocupações das produções e administração na indústria, comércio e serviços (64,6%), trabalhadores por conta própria autônomos (27,7%).

O **estrato médio inferior**, em um intervalo de 31 a 40 pontos, em sua maioria, situa-se nas faixas de rendimento de mais de 4 a 9 salários mínimos (28,0%) e de mais de 9 a 15 salários mínimos (43,3%). O número de membros concentrou-se nas faixas de 3 a 4 pessoas (60,0%) e de 5 a 6 pessoas (27,6%). Na escolaridade, os maiores índices ficaram nos níveis: médio completo (28,2%), superior completo (45,0%). Quanto à habitação, houve maior concentração para as seguintes condições: casa própria (70,0%) e alugada (16,0%). Quanto a situação habitacional obtivemos: boa (84,0%) e regular (16,0%). No que se refere ao nível ocupacional, a maior concentração ocorreu nos trabalhadores assalariados da produção, bens e serviços (32,3%), trabalhadores assalariados administrativos técnicos científicos (33,0%), trabalhadores por conta própria/autônomos (24,6%).

O **estrato médio**, com um intervalo de 41 a 47 pontos, em sua maioria, situa-se nas faixas de rendimento de mais de 15 a 30 salários mínimos (55,0%) e de mais de 30 a 60 salários mínimos (34,1%). O número de membros concentrou-se nas faixas de 3 a 4 pessoas (64,0%) e de 5 a 6 pessoas (28,0%). Na escolaridade, os maiores índices ficaram no nível: superior completo (83,7%). Quanto à habitação, houve maior concentração para as seguintes condições: casa própria (82,5%) e alugada (12,4%). Quanto à situação habitacional obtivemos: boa (44,0%) e ótima (66,0%). No que se refere ao nível ocupacional, a maior concentração ocorreu nos trabalhadores assalariados administrativos técnicos científicos (39,0%), profissionais liberais autônomos (29,0%).

O **estrato médio superior**, com um intervalo de 48 a 54 pontos, situa-se em regra na faixa de rendimento de mais de 30 a 60 salários mínimos (24,6%) e mais de 60 a 100 salários mínimos (54,4%). O número de membros concentrou-se na faixa de 3 a 4 pessoas (56,0%) e de 4 a 6 pessoas (33,3%). Na escolaridade, o maior índice ficou para: superior completo (79,6%). Quanto à habitação, houve maior concentração para a seguinte condição: casa própria (81,0%). Quanto à situação habitacional obtivemos: boa (19,0%) e ótima (81,0%). No que se refere ao nível ocupacional, a maior concentração ocorreu nos empresários (36,0%) e profissionais liberais autônomos (34,0%).

O **estrato alto**, com um intervalo de 55 a 57 pontos, situa-se, em regra, na faixa de rendimento de mais de 60 a 100 salários mínimos (75,0%) e acima de 100 salários mínimos (25,0%). O número de membros concentrou-se na faixa de 3 a 4 pessoas (75,0%). Na escolaridade, o maior índice ficou para: superior completo (75,0%). Quanto a habitação, houve maior concentração para a seguinte condição: casa própria (75,0%). Quanto a situação habitacional obtivemos: boa (25,0%) e ótima

(75,0%). No que se refere ao nível ocupacional, a maior concentração ocorreu nos empresários (75,0%).

Esse Instrumental, objeto de outra pesquisa (GRACIANO *et al*, 2001), numa amostragem de 3.059 casos, atingiu o índice de aprovação de 98,8% e na atual amostra de 24.808 casos, o índice foi de 98% comprovando a sua eficácia e viabilidade.

4. O INSTRUMENTAL FRENTE ÀS NOVAS EXIGÊNCIAS DA PROFISSÃO ASSISTENTE SOCIAL: ELEMENTOS CONCLUSIVOS

Na década de 80, após a implantação da diretriz da universalidade de atendimento à saúde, houve mudança de paradigma, ou seja: da seletividade para equidade, porém, nunca se deixou de valorizar o estudo social como parte integrante da ação profissional, por propiciar uma visão da realidade social do usuário.

Segundo Miotto (2009)

[...] isso significa dizer, que a realização de estudos socioeconômicos esteve presente no cotidiano do exercício profissional dos assistentes sociais ao longo da trajetória do Serviço Social, mas nem por isso manteve o mesmo significado e direção. A sua concepção e as questões implicadas na sua operacionalização se transformaram à medida que a profissão também se transformou, buscando responder aos desafios impostos pela realidade social (p. 482).

Tanto na política de saúde atual (BRASIL, 1990), como no Código de Ética do Assistente Social (BRASIL, 1993a) o posicionamento dá-se em favor da equidade e justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática.

Neste contexto, a saúde é direito de todos e dever do Estado, tendo como fatores determinantes e condicionantes, entre ambos, a alimentação, a moradia, o

saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (BRASIL, 1990).

Conseqüentemente, estes fatores precisam ser considerados no estudo social, pois expressam não só as condições de vida da população usuária atendida, mas a organização social e econômica do país.

O presente estudo visou resgatar alguns aspectos da aplicação do instrumental de investigação diagnóstica por concebê-lo como meio importante de aproximação e de conhecimento da realidade social dos usuários.

Com base em Martinelli e Koumrouyan (1994), o instrumental é entendido como o conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional resultante de uma dada visão crítica da realidade com interferências tanto de natureza estratégica ou tática como técnica decorrentes do uso de conhecimentos – habilidade e criatividade. O instrumental não é nem o instrumento nem a técnica tomados isoladamente, mas ambos, organicamente articulados em uma unidade (entrevista/relatório, visita, reunião, observação participante, etc.), produto desta visão concebida. É, portanto, o instrumental, por excelência, uma categoria relacional e abrange não só o campo das técnicas como também conhecimentos, métodos e habilidades. É uma categoria que se constrói a cada momento, a partir das finalidades da ação que se vai desenvolver e dos determinantes históricos, políticos, sociais e institucionais a ela referidos.

O Serviço Social do HRAC/USP reconstruiu em sua história seu instrumental de avaliação socioeconômica não somente com o objetivo de incluir as pessoas em seus programas de reabilitação, mas com a finalidade de conhecer as condições de vida de seus usuários para que o tratamento interdisciplinar seja planejado de forma global em atendimento as suas carências, necessidades, expectativas e possibilidades.

Segundo Martinelli e Koumrouyan (1994), o instrumental tem um eixo valorativo, que se reporta ao campo das finalidades e objetivos, um eixo metodológico, que se reporta ao campo da operacionalização, bem como um eixo operativo, que se reporta ao campo das estratégias e táticas.

A direção e alcance do uso desse instrumental são, portanto, determinados essencialmente pelo agente ou trabalhador institucional por sua consciência crítica e por sua criatividade. Assim, cabe às organizações, exigir instrumentais que garantam dados quantitativos sem que se negue o seu valor, pois fazem parte da lógica institucional, mas torna-se indispensável que se possa complementá-los com instrumentais de natureza qualitativa – construídos pelos próprios agentes institucionais, que os determinam socialmente e os produzem historicamente como por exemplo o estudo social de seus usuários.

Entende-se, assim, que o estudo social, independentemente de sua instrumentalização, deve propiciar a prestação de assistência social aos indivíduos como um direito, devendo ser visualizado numa perspectiva mais ampla, pois permite o conhecimento da história de vida dos usuários, suas necessidades e suas experiências (SPOSATI, 1985).

Guerra (1998) afirma que:

Os assistentes sociais ao acionarem Razão e Vontade na escolha dos procedimentos técnicos e ético-políticos, dentre eles o instrumental técnico-operativo, o fazem no âmbito de um projeto profissional, o que permite que a profissão supere a dimensão eminentemente instrumental (necessária, mas insuficiente), respondendo de maneira crítica e consciente às demandas que lhe são postas, alcançando a competência técnica e política necessárias para o avanço da profissão em suas

diversas dimensões: técnica, ético-política, intelectual e formativa (p. 27).

Entendemos assim que reconhecer e atender às requisições técnico-instrumentais da profissão não significa reduzir a intervenção à sua dimensão instrumental.

A realização das requisições que são postas à profissão necessita da interlocução com conhecimentos oriundos de outras ciências, especialmente as humanas e sociais que lhe servem de referência bem como dos conhecimentos construídos sobre as dimensões constitutivas da questão social.

Além disso, é preciso destacar que, segundo Guerra (1999),

a instrumentalidade no exercício profissional, entendida como capacidade, qualidade ou propriedade de algo, refere-se não ao conjunto de instrumentos e técnicas (instrumentação técnica), mas a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio-histórico. Ao possibilitar o atendimento das demandas e o alcance dos objetivos (profissionais e sociais) constitui-se uma possibilidade concreta de reconhecimento da profissão (p. 53).

Resgatar o estudo social afinado, articulado e fundamentado pelos princípios teórico-fisiológicos do projeto ético-político de formação do assistente social torna-se necessário. O compromisso é não discriminar cidadãos no seu acesso a bens e serviços, não estabelecendo, portanto, critérios constrangedores e vexatórios que estigmatizem e rebaixem o status de cidadania dos usuários das políticas sociais públicas.

Desta forma, estar-se-á garantindo, sim, que a equidade ancorada na universalidade propicie o conhecimento da realidade social e o atendimento das necessidades sociais particulares para melhor atender aos usuários das políticas sociais,

mediante uma perspectiva conjuntiva, ampliando os direitos de cidadania em interfaces e coalizões com as demais políticas (GRACIANO, 2008).

Portanto a avaliação socioeconômica dos usuários tem por objetivo ser um meio que possibilite a mobilização dos mesmos para a garantia de direitos e não um instrumento que impeça o acesso aos serviços conforme preconiza o Conselho Federal de Serviço Social (2009).

Por fim, é importante ressaltarmos que segundo Martinelli (2007)

[...] é o compromisso ético-político que deve nos fazer avançar na sistematização das ações e na construção de conhecimentos. Se queremos qualificar a intervenção, temos de fortalecer a produção teórica do conhecimento em Serviço Social, pela mediação da pesquisa, condição indispensável para subsidiar a construção de saberes comprometidos com a qualidade do exercício profissional (p. 29).

Esse é o entendimento e compromisso: a prestação de serviços na perspectiva da equidade e justiça social que assegure a universalidade dos direitos, ensino e pesquisa.

ABSTRACT

This article has as purpose to bring up the indicators and the methodology for socioeconomic classification, which were constructed in the last three decades by Graciano (1980) and Graciano; Lehfeld; Neves Filho, (1996;1999). In addition, the study intends to contribute with other professionals of the social work area offering technic subsidies for the economic study aiming the knowledge of social reality as well as making feasible the citizenship rights, in consonance with the ethical-politic project.

KEYWORDS: Social Indicators, Social Stratification, Methodology, Social Work.

Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP Campinas, v. IX, n. 9, Jul. 2010

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Critério de classificação econômica Brasil**. Disponível em:

<http://www.abep.org.br/codigosguias/ABEP_CCEB.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2007.

BENJAMIN, C. Reforma, nação e barbárie. **Inscrita**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 7-14, nov. 1997.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/doc/lei8080.htm>>. Acesso em: 01 jul. 2001.

BRASIL. Código de ética do assistente social. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (Org.). **Legislação Brasileira para o Serviço Social**. São Paulo: CEFESS, 1993a.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **CBO - Classificação Brasileira de Ocupações 2002**. Disponível em: <<http://www.mtecho.gov.br/indexFaqs.asp>>. Acesso em: 22 ago. 2007.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Classificação Brasileira de ocupações CBO - 1994**. Brasília: Secretaria de Políticas de Emprego e Salário, 1995. 2v.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.662 de 7 de junho de 1993b. Dispõe sobre a profissão de assistente social e da outras providências. In: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Legislação Brasileira para o Serviço Social**: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da(o) assistente social. São Paulo: Conselho Regional de Serviço Social, 2006. p. 32-49.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 6 maio 2008.

BRASIL. Presidência da República. Lei n. 11.274, de 6 fevereiro de 2006. Altera a redação dos arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm>. Acesso em: 6 maio 2008.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde**. Brasília: CFESS. nov. 2009. 47 p.

FÁVERO, E. T. O estudo social: fundamentos e particularidades de sua construção na área judiciária. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**: contribuição ao debate no judiciário, penitenciário e na previdência social. São Paulo: Cortez, 2003. p. 9-51.

FÁVERO, E. T.; MELÃO, M. J. R.; JORGE, M. R. T. (Org.). Componentes do Trabalho: Objetivos, Atividades, Tempo e Instrumentos. In: _____. **O Serviço Social e a psicologia no Judiciário**: construindo saberes, conquistando direitos. São Paulo: Cortez, 2005. p. 97-133.

GRACIANO, M. I. G. Critérios de avaliação para classificação socio-econômica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 81-103, out. 1980.

GRACIANO, M. I. G.; LEHFELD, N. A. S.; NEVES FILHO, A. Critérios de avaliação para classificação sócio-econômica: elementos para a atualização parte II. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 5, n. 2, p. 171-201, 1996.

GRACIANO, M. I. G.; LEHFELD, N. A. S.; NEVES FILHO, A. Critérios de avaliação para a classificação sócio-econômica: elementos de atualização. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 8, n. 1, p. 109-28, 1999.

GRACIANO, M. I. G. *et al.* Aproximação e configuração da realidade socio-econômica dos usuários do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo: uma nova metodologia construída pelo Serviço Social. Bauru: **Construindo o Serviço Social**, Bauru, n. 9, p. 173-98, 2001.

GRACIANO, M.I.G. O Estudo Socioeconomico e Políticas Sociais. In: KOGA, D.; GANEV, E.; FAVERO, E.(org.). **Cidades e questões sociais**. São Paulo: Andross. 2008. p. 225-44.

GUERRA, Y. A categoria instrumentalidade do Serviço Social no equacionamento de pseudo problemas da/na profissão. **Construindo o Serviço Social**, Bauru, n. 3, p. 9-29, 1998.

GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Programa de capacitação continuada para assistentes sociais - Módulo 04: O trabalho do assistente social e as políticas de sociais**. Brasília: CFESS-ABEPSS – CEAD/NED-Unb, 1999. p. 52-63.

GURVITCH, G (1966) apud GOHN, M. da G. Classes sociais e movimentos sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: módulo 02: crise contemporânea, questão social e serviço social**. Brasília: CEAD, 1999. p. 35-54.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000: características da população e dos domicílios - parte 1 e 2**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**. 3. ed. Campinas: Alínea, 2004.

LOURENÇÃO, C. de M.; GRACIANO, M. I. G.; MENDES, E. F. de O. Avaliação da importância do estudo socioeconômico familiar para o planejamento e intervenção da equipe interdisciplinar do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais HRACF/USP – Bauru. **Construindo o Serviço Social**. Bauru, n. 4, p. 121-40. 1998.

MARTINELLI, M. L. O exercício profissional do assistente social na área da saúde: algumas reflexões éticas. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 6, n. 6, p. 21-34, maio 2007.

MARTINELLI, M. L.; KOUUROUYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 45, p. 137-41, ago. 1994.

MIOTO, R. C. Estudos socioeconômicos. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p. 481-96.

PAVÃO, A. P. A. R.; GRACIANO, M. I. G.; BLATTNER, S. H. B. Os indicadores do estudo sócio econômico na construção do relatório social no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais. **Serviço Social & Saúde**, Campinas, v. 5, n. 5, p.183-216, maio 2006.

PEREIRA, A.; GRACIANO, M. I. G. Estudo sócio-econômico: um instrumento estratégico do Serviço Social na área da saúde e reabilitação. **Construindo o Serviço Social**, Bauru, n. 4, p. 93-120, 1998.

RODRIGUES, M. L. Elucidação de alguns conceitos básicos: prática profissional e dinâmica da ação. In: _____. **Ações e interlocuções: estudos sobre a prática profissional do assistente social**. São Paulo: Veras, 1999. p. 15-9.

SARMENTO, H. B. de M. **Instrumentos e técnicas em Serviço Social**: elementos para uma rediscussão. 1994. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria 4722/09 SME**, 16 de outubro de 2009. Dispõe sobre a organização das Unidades de Educação Infantil, de Ensino Fundamental e Médio e dos Centros Educacionais Unificados da Rede Municipal de Ensino e dá outras providências. Disponível em:

<http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Documentos/OrganizaEscola2010/PORTARIA4722_Organizacao_Unidades.pdf>. Acesso em: 12 julho 2010.

SPOSATI, A. O. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. São Paulo: Cortez, 1985.

